

4

A Criança e o Ambiente

A proposta deste trabalho é relatar a experiência clínica do Projeto Girassol, que oferece atendimento para crianças que estudam e moram numa favela. Quem são essas crianças? São crianças desvalorizadas, temidas e sem chance. Suas famílias, o lugar onde moram, a escola onde estudam, a sociedade na qual estão inseridas, fazem-nas crer que a isto se resumem. É importante ressaltar que dentre estas crianças, as indicadas para terapia são as ‘piores’, as ‘impossíveis’, as que ninguém sabe mais o que fazer. São dessas crianças que o Projeto se ocupa.

A teoria de D.W. Winnicott é um suporte importante para este trabalho, pela sua contribuição sobre a relevância do ambiente na constituição do sujeito e a questão do ato anti-social. Winnicott não relaciona, como aliás ninguém deveria, a criança anti-social ou o delinquente a situações de pobreza econômica. Estes comportamentos estão ligados a uma falha ambiental que pode ocorrer no desenvolvimento de qualquer criança. Porém, as condições de uma criança pobre, moradora de uma favela, no Rio de Janeiro, mencionadas ao longo desta dissertação, mostram como pode ser mais difícil para estas crianças encontrarem o contorno adequado e necessário para seus protestos.

A originalidade da questão ambiental proposta por Winnicott está na sua percepção de que o ambiente não é nem interno, nem externo ao sujeito. Um bebê não pode existir sozinho, sem um ambiente que o circunde e que se ocupe de seus cuidados. Desta forma, para o autor, existe uma unidade original, que é o conjunto ambiente-indivíduo (Winnicott, 1990), onde o indivíduo está contido no ambiente e não poderia existir fora dele. Como coloca Abram (2000), não existe um indivíduo, mas um indivíduo em relação a um ambiente. A interação entre os dois elementos desta unidade influenciará a saúde emocional do bebê, pois o ambiente pode ser facilitador e se adaptar às investidas do bebê, ou pode ser intrusivo e se antecipar aos movimentos do bebê, fazendo com que este funcione reagindo a um ambiente danoso e não descobrindo um ambiente que existe.

O primeiro ambiente é a mãe e o primeiro momento desta unidade mãe-bebê é chamado por Winnicott de dependência absoluta, que é quando o bebê depende inteiramente da mãe para ser e para seguir em sua tendência inata à integração. É este relacionamento peculiar com a mãe que fornecerá ao bebê um padrão para suas futuras relações com a realidade externa. “É no interior desse relacionamento que está sendo construída a ilusão do contato com o mundo externo, a confiança de que a comunicação inter-humana é possível e de que a vida faz sentido” (Dias, 2003, p.130).

A mãe suficientemente boa winnicottiana precisa de um pai presente, amoroso e forte que lhe dê suporte enquanto ela se adapta às necessidades de seu bebê e que forneça os limites indispensáveis ao desenvolvimento desta criança na fase de gradual desadaptação da mãe a este bebê. O pai é extremamente importante, pois poupa a mãe de ter que ocupar-se com as necessidades do mundo externo, podendo voltar-se integralmente para seu filho. “Ela necessita sentir-se amada na sua relação com o pai da criança, e aceita nos círculos familiares assim como nos mais amplos, que constituem a sociedade” (Dias, 2003, p.138). Como foi visto, os casais são escassos no caso destas crianças e, mesmo que a mãe tenha o apoio de sua família, amigos ou vizinhos, ela fica só, na função de criar os filhos, sem que ela própria sinta o apoio de um companheiro e sem que as crianças sintam o tom da voz do pai em sua formação. Esta mãe da favela está inserida numa cultura, na qual é vista como mais uma desempregada, cheia de filhos pra criar e sem nenhuma condição para isso. Sozinha, tendo que dar conta do amor e de tudo o mais, sem um pai que a humanize, tirando dela o título de única provedora da criança, esta mãe, ao impor limites, pode carregar mais na força que na amorosidade. É claro que muitas crianças, nestas mesmas condições; pobreza, favela e ausência de pai, têm uma maternagem suficientemente boa e não desenvolvem comportamentos anti-sociais, e provavelmente por isso, não são indicadas para atendimento.

Winnicott (1945) desenvolve seu pensamento a partir da crença de que a constituição do indivíduo se dá através da apropriação que o bebê faz do ambiente no qual está inserido. Para este autor, é neste período, antes do bebê conhecer-se e aos outros, que o desenvolvimento emocional e o aspecto físico, maturacional, sempre correlacionados, traçam seu caminho em direção a uma vida autônoma e criativa, ou não. O autor reconhece que existe uma tendência inata ao

desenvolvimento, mas que esta precisa estar sempre conectada a um ambiente facilitador. O ambiente é a instância que sustenta o bebê e que atende a sua dependência.

a realidade do si-mesmo e a realidade do mundo são constituídas ao longo do processo de amadurecimento, no interior da relação mãe-bebê. A constituição do eu, concomitantemente à constituição da realidade intrapsíquica e da realidade externa, só se dá na relação com o outro; o si-mesmo do bebê emerge, necessariamente, de dentro da unidade bebê-mãe (Dias, 2003, p.131).

No caso das crianças desta escola, dentre as atendidas por mim, apenas 19% viviam com os pais casados e com pelo menos um deles empregado. A maioria contava com pai desempregado ou biscateiro, separado, pai ‘de registro’, ausente, desconhecido ou adicto. A mãe, algumas vezes, também era adicta, poucas trabalhavam fora e algumas dependiam de projetos sociais que distribuem cestas básicas ou do tráfico. O território que ancora esta mãe é uma favela, algumas casas são muito pobres, uma não tinha nem porta. O tráfico está presente e são constantes os combates armados.

Historicamente, a psicanálise associou o desenvolvimento infantil às diferentes fases da organização da libido, da sexualidade (Freud, 1905). Posteriormente, Melaine Klein enfatizou o papel da agressividade nos primórdios da infância na constituição do sujeito (Lima, 2007). Winnicott somou à importância da agressividade a relevância da relação do sujeito com o ambiente que o recebe, a concretude da realidade externa e da mãe em seus papéis estruturantes do ser humano.

O tema da agressividade é central na obra de Winnicott, assim como a noção de saúde e não só a análise de sintomas. O caminho para a saúde se dá, entre outras coisas, a partir de como a agressividade foi vivenciada desde o início do desenvolvimento do bebê, no interior da unidade mãe-bebê. Em sua concepção de desenvolvimento, o bebê parte de uma primeira fase de dependência absoluta para uma de dependência relativa até o rumo à independência (Winnicott, 1963). Para isso precisa passar por um processo de integração (de seu ego), que será facilitado pelo suporte de uma mãe suficientemente boa e de um ambiente facilitador (Winnicott, 1962). Ao longo deste processo, o bebê conquistará a possibilidade de perceber a realidade objetivamente, em contraste com a realidade subjetivamente percebida dos primeiros momentos de sua vida.

Durante um tempo, e segundo Winnicott, de certa forma, durante toda a vida, o bebê transitará entre estes dois espaços através da vivência do espaço transicional, espaço que abriga mundo interno e externo sendo criado e encontrado pelo bebê (Winnicott, 1971a). Através dessa experiência, amparada por um ambiente acolhedor, chegará ao uso do objeto, importante categoria winnicottiana para descrever uma vida adulta saudável e criativa (Winnicott, 1969).

Importante ainda, para este trabalho, será a articulação que este autor faz entre as origens da agressividade e as reações do ambiente (incluindo aí pessoas e espaço físico) e o possível desenvolvimento do que ele nomeia como tendência anti-social (Winnicott, 1956), que tanto pode aparecer como um comportamento temporário e portanto saudável, ou como uma forma de vida, aprisionante do verdadeiro self.

4.1

Agredir, destruir, criar

Em 1939, Winnicott escreve que amor e ódio são “os dois principais elementos a partir dos quais se constroem as relações humanas” (Winnicott, 1939, p.93), e que ambos envolvem agressividade. Maia (2007), para iniciar em seu livro o tema da agressividade em Winnicott, realiza uma pesquisa sobre este termo e afirma que o ato de agredir envolve força e energia para realização, entretanto, etimologicamente, não significa nem destruição, nem violência. “Se, hoje em dia, associamos a ela (agressividade) tais palavras (violência e destruição) com frequência é porque algo aconteceu para que assim o fizéssemos” (op. cit., p.46). Talvez por conta desta associação Winnicott (1939) diga que dentre todas as manifestações humanas a agressividade é a mais “escondida, disfarçada, desviada” (op. cit., p.94). Amar é aceito, odiar nem tanto, só que a agressividade, força para realizar, está presente em ambos.

Segundo Maia (2007), Winnicott define agressividade como um movimento que leva ao encontro com o ambiente, é uma força de realização que nem sempre precisa ser contida, mas sim acolhida e significada. Como fonte de energia que é, a agressividade pode ser usada tanto para viver, amar, trabalhar, como para reagir à frustração ou destruir (Winnicott, 1964).

Em 1950, Winnicott identifica a origem da agressividade na capacidade inerente do bebê, e mesmo do feto, ao movimento muscular. Esta motilidade, ou tendência ao movimento, leva ao encontro de alguma coisa, o ambiente, que é não-bebê, que está fora dele, mesmo que seja ainda apenas o útero da mãe (Winnicott, 1950a). O significado deste movimento qualquer será atribuído pela mãe através de um sentimento, que pode ser de acolhimento ou repúdio. Desta forma, os destinos que a agressividade pode vir a ter, na vida de um indivíduo, vão depender da relação que existiu entre este bebê e seu primeiro ambiente, sua mãe. A expressão atualizada desta fonte de energia estará relacionada com a significação que o ambiente deu ao bebê no início de seu desenvolvimento primitivo, ou seja, qual foi a reação da mãe à expressão da energia de seu bebê.

Para compreender este pensamento, vejamos a descrição que Winnicott faz, em 1945, do que é o desenvolvimento emocional primitivo. Ele postula uma não-integração primária e uma tendência à integração que começa no início da vida e é ajudada pelos cuidados que a mãe tem ao cuidar fisicamente de seu bebê. “A integração é o desenvolvimento do sentimento de que se está dentro do próprio corpo” (Winnicott, 1945, p.276). O autor faz uma ligação entre os cuidados corporais que integram a partir de fora, e as experiências pulsionais, que integram partindo de dentro¹.

Winnicott (1962) chama de ego a parte da personalidade que tende, sob condições favoráveis, a se integrar numa unidade. Para que ocorra esta integração, o bebê precisa de uma mãe que se disponha exclusivamente, por algum tempo, ao seu cuidado, oferecendo seu ego para que este funcione como um ego auxiliar do bebê. A mãe deve, com seu comportamento, proteger o bebê de complicações que ele não pode ainda compreender e fornecer-lhe o pedaço de mundo que ele pode, através dela, conhecer (Winnicott, 1945). Sob o ponto de

¹ Nesta época, década de 40, Winnicott ainda se utiliza de termos psicanalíticos, como ‘experiências pulsionais’, ‘impulsos amorosos e agressivos’, expressões que com o tempo, apesar do autor não ter nunca abandonado a sociedade psicanalítica, ele deixará de usar.

vista do bebê não há meio ambiente externo. Este é o conceito winnicottiano de mãe suficientemente boa: ela se adapta às necessidades de seu bebê, cuida e o satisfaz tão completamente, em seu início de vida, que o bebê tem uma experiência de onipotência, de ter ele mesmo, através de seu gesto espontâneo, criado o mundo que o rodeia.

A experiência de onipotência do bebê acontece quando a mãe suficientemente boa oferece um objeto ao bebê no exato momento em que ele, em sua vaga expectativa, a partir de uma necessidade ainda não formulada, pode acreditar que ele próprio estava criando aquele objeto. Com essa experiência o bebê começa a desenvolver a confiança em seu ambiente interno, pois pode criar no mundo real aquilo do que necessita (Winnicott, 1962).

A mãe dá ao filho a ilusão de que aquilo que ele cria realmente existe e, depois, dá tempo para ele adquirir as formas de “lidar com o choque de reconhecer a existência de um mundo situado fora do seu controle mágico” (Winnicott, 1964, p.109). Quando isto ocorre adequadamente, o bebê poderá se utilizar de sua agressividade como força para se relacionar com o mundo externo e não precisará aniquilar magicamente um mundo que o assusta.

Gilberto Safra (2004), baseado em Winnicott, aponta para o fato de que as questões psíquicas devem ser precedidas pelo início de si mesmo. Para este início, a relação com a mãe é tão importante que não faz sentido falar do começo da vida de um bebê sem falar da mãe. Sem o ego auxiliar da mãe, o bebê não consegue iniciar a maturação de seu próprio ego, o que pode acarretar uma experiência que Winnicott chama de ‘ansiedade inimaginável’ (Winnicott, 1962), e Safra, de agonia do não existir, “O sofrimento do não-ser emerge como agonia do não existir” (Safra, 2004, p.40). É um sofrimento anterior ao sentimento de unidade e, como tal, pode trazer sérias dificuldades para o desenvolvimento do bebê. Segundo Dias (2003), a mãe precisa acreditar que o bebê é um processo de amadurecimento em curso e que ela apenas facilita este processo que pertence ao bebê; ela atende às necessidades do bebê e não aos seus desejos, porque ele ainda não os tem. O bebê precisa existir para alguém, assim ele poderá ser e, depois disso, poderá desejar.

Apesar da importância do papel da mãe no desenvolvimento da criança, a mãe suficientemente boa nem sempre é um lugar fácil para quem cuida do bebê. A mãe está emprestando seu ego para o bebê, fornecendo o mundo que ele pode

compreender, para que ele tenha sua necessária experiência de onipotência, mas a recíproca nem sempre é verdadeira. Isto porque o bebê vive, no início de seu desenvolvimento emocional, uma relação de objeto cruel (ruthless-impiedoso). E ele exercita esta relação impiedosa com sua mãe, a única pessoa capaz de tolerar seus ataques (Winnicott, 1945).

A mãe, naturalmente, tem de tolerar seu próprio ódio, sem negá-lo para si mesma, mas também sem poder fazer nada com isso: ela não pode manifestá-lo diretamente sobre o bebê, a não ser por meio de canções ou de expressões malévolas que ela diz, carinhosamente (Dias, 2003, p.138).

Winnicott (1947a), após fazer uma (grande) lista de razões que uma mãe tem para odiar seu bebê, comenta que a coisa mais notável acerca de uma mãe é sua habilidade em ser ferida pelo bebê, odiá-lo, mas não se vingar dele. Segundo o autor, a negação do ódio pela mãe impossibilitaria a criança de tolerar seu próprio ódio, “ela precisa de ódio para odiar” (op. cit., p.352). Sem esta experiência de tolerância o bebê viveria o estado das ansiedades inimagináveis, no lugar de vivenciar a integração, o início de si. Por isso, a mãe precisa ter estabilidade emocional e precisa de um ambiente e de um companheiro que lhe dêem suporte.

Winnicott (1939) afirma que “É evidentemente importante para a criança em desenvolvimento que ela tenha se encolerizado com frequência numa idade em que não precisa sentir remorso” (op. cit., p.97). Segundo Maia (2007), esta agressividade primária, a qual a mãe sobrevive, antes da fase de preocupação com o objeto, é essencial para que haja a fusão do self da criança com seu objeto maternante. É assim que se forma a díade mãe-bebê, a mutualidade. Encolerizar-se e ser acolhido, sem julgamento, é sentir no ambiente uma continuidade que fundamenta esta díade.

“O ser humano tem necessidade de que seu gesto criativo possa ser reconhecido, originariamente, como expressão de um ser singular por um Outro” (Safra, 2004, p.80). O bebê que pode se expressar sem medo sente-se autor da própria vida. Como resultado de uma maternagem suficientemente boa, ele desenvolve um sentimento de confiança em si próprio e no ambiente, já que na fase de dependência absoluta são uma mesma e única coisa. O objeto é sempre criado/encontrado. A mãe estava sempre lá, não era destruída pela expressão de sua agressividade. O bebê pode, assim, acreditar que é possível reparar o dano

causado por seus ataques impiedosos. A reparação é criativa. “É essa constância de reaparecimento da mãe para o bebê que dará a agressividade um cunho de criação e positividade e não de patologia ou pura destruição” (Maia, 2007, p.64).

Como explica Abram,

A agressão modifica suas características à medida que o bebê cresce. Essa mudança depende completamente do tipo de ambiente com que o bebê se depara. Com uma maternagem suficientemente boa e um ambiente facilitador, a agressão na criança que se desenvolve transforma-se em algo integrado. Se o ambiente não for bom o bastante, a forma encontrada pela agressão para manifestar-se é pintada em cores anti-sociais, ou seja, surge a destrutividade (Abram, 2000, p.4).

Winnicott atesta a existência de uma criatividade originária que permite ao bebê, auxiliado por uma provisão ambiental suficientemente boa, criar seu mundo, a partir de um gesto espontâneo, e não de uma atitude de reação às intrusões do mundo externo. Sem o exercício desta criatividade desde cedo, o indivíduo não será capaz de dotar o mundo com um significado pessoal. Neste sentido, a mãe suficientemente boa, que mantém a ilusão de onipotência de seu bebê pelo tempo adequado, protege sua continuidade de ser, impedindo a intrusão de uma realidade que, para ele, ainda é incompreensível. Esta proteção é importante para que, ao longo do amadurecimento, o relacionamento do bebê com a realidade externa não represente uma ameaça para a realidade de seu mundo interno, (Dias, 2003).

Daí se desenvolve uma convicção de que o mundo pode conter o que é querido e preciso, resultando na esperança do bebê em que existe uma relação viva entre a realidade interior e a realidade exterior, entre a capacidade criadora, inata e primária, e o mundo em geral, que é compartilhado por todos (Winnicott, 1947b, p.101).

Segundo Winnicott (1970) a criatividade é a capacidade de criar o mundo, ou seja, é manter, ao longo da vida, este aspecto da experiência infantil, que depende da possibilidade que o ser humano tem de poder ser antes de ter que fazer. Ser significa poder ser onipotente, ter a experiência de ilusão proporcionada por uma maternagem suficientemente boa. “Se a pessoa *já foi feliz*, pode suportar a dificuldade” (op. cit., p.32). A criança saudável cede às limitações impostas pelo princípio da realidade, porque pode recapturar o sentimento de possuir um significado pessoal do viver criativo. Este indivíduo existe como uma unidade e não como uma defesa contra a ansiedade (Winnicott, 1971b).

Quando uma mãe não possui um ambiente circundante facilitador, que não lhe fornece segurança e suporte para que ela funcione como o ego-auxiliar do bebê, sua tolerância ao gesto espontâneo do bebê fica comprometida. A criança cresce com um sentimento de que nada tem um significado particular, nada importa, nada faz diferença. Ou com uma forte necessidade de se sentir adequado, sendo extremamente objetivo, deixando o viver criativo de lado em favor de estar sempre no mundo real e compartilhado (Winnicott, 1970). “A ausência de doença psiconeurótica pode ser saúde, mas não é vida” (Winnicott, 1967, p.139).

Uma criança que confia em seus pais e em seu meio exercerá os poderes de destruição advindos de seu potencial agressivo. Seus ataques, porém, não abalam a estrutura do lar, quando este possui uma base forte, alicerçada na confiança. A criança pode, então, se acalmar e expressar seus sentimentos em suas brincadeiras.

A confiança no outro somente se desenvolverá quando o bebê puder vivenciar o ciclo de retaliar e reparar e assim poder assumir a culpa de seus atos. A confiança somente surge quando o outro aparece como tal no mundo do bebê, quando este outro, por ter sustentado no tempo e no espaço o bebê, deu a ele o senso ou um sentimento de confiança no mundo. Mas isso somente acontece em um outro tempo, antes esse bebê precisa viver a onipotência de criar e sonhar seu mundo e dele ser dono absoluto (Maia, 2007, p.72).

Quando o bebê não estabelece um sentimento de confiabilidade no ambiente isto impede que ele prossiga em seu processo, pois sem o holding do qual necessita, o bebê vive uma experiência traumática, um estado confusional, uma angústia de aniquilamento. O que lhe resta é defender-se contra isso. Quando o ambiente é confiável, o bebê pode escolher se vai se comunicar ou não. Quando não há confiança, não há escolha, apenas reação. A criança busca retornar a um determinado período da infância para, de uma forma não adequada, “restabelecer os direitos infantis e as leis do desenvolvimento natural” (Winnicott, 1950b, p.113).

Este comportamento, repetitivo e inadequado, que pode gerar um incômodo tanto para a criança quanto para sua família, deixa de ser um comportamento em sintonia com o processo de desenvolvimento e passa a ser percebido como um sintoma, produzido pela dificuldade em lidar com a ansiedade proveniente da falta de um ambiente acolhedor (Winnicott, 1946a).

Assim, o caráter destrutivo da agressividade vai depender da relação com o objeto e com o ambiente. O ambiente acolhe ou falha? O objeto sobrevive ou

reage? Sobreviver significa permanecer, estar lá, para ser encontrado e criado novamente. Reagir implica em um julgamento moral, que qualifica o gesto como bom ou mau, impondo estes conceitos precocemente ao ego do bebê que ainda não está suficientemente integrado para assimilar tal julgamento sem que isto interfira em sua espontaneidade.

4.2

Quando tudo corre bem...

Não é fácil para o ser humano tolerar tudo o que se passa em seu mundo interno e é com a necessidade de harmonia entre as realidades interna e externa que a criança se depara na fase da dependência relativa.

Ele agora inicia a tarefa, que vai se prolongar por toda sua vida, de gerir seu mundo interno: uma tarefa, no entanto, que só pode ter início, quando ele estiver bem acomodado em seu corpo e for capaz de diferenciar entre o que está dentro de si e o que é externo, e entre o real e sua própria fantasia. Seu manejo do mundo externo depende de seu manejo do mundo interno (Winnicott, 1950a, p.359).

Como saber se uma criança está conseguindo lidar com a ansiedade gerada por este manejo? Fundamentalmente, a criança que consegue brincar está bem, mesmo que apresente um ou mais sintomas, como enurese noturna, recusa em alimentar-se ou tomar para si objetos alheios. Segundo Winnicott (1971b) é somente no brincar que o indivíduo “pode ser criativo e utilizar sua personalidade integral: e é somente sendo criativo que o indivíduo descobre o eu (self)” (op. cit., p.80). Os sintomas são comportamentos incômodos, porém comuns durante o desenvolvimento, fazem parte da personalidade integral. Se a criança, apesar dos sintomas, continua dedicando boa parte de seu tempo ao brincar, se está fazendo um uso criativo de suas possibilidades, e se o ambiente a sua volta acolhe estes sintomas, a criança ficará bem. Winnicott (1953) valoriza a possibilidade que alguns pais e filhos têm de, através da experiência de tolerância ao sintoma, recuperarem-se de situações difíceis utilizando seus próprios recursos.

O brincar, assim como a reparação, é algo construtivo. Ambos estão relacionados com a aceitação, por parte da criança, dos aspectos destrutivos de sua

natureza. Não é fácil para uma criança dominar suas idéias destrutivas e ser capaz de controlá-las sem perder a capacidade de usar sua agressividade em momentos apropriados. Mais uma vez, o que facilitará esta tarefa é a presença de um ambiente acolhedor, que auxilie a criança neste caminho (Winnicott, 1964).

Quando o mundo criado é tido como constante e certo para o bebê, ele emite sinais à mãe lhe avisando que agora pode aprender a recriar o mundo em outras bases. Ele está pronto para uma “aprendizagem de desaprender”. Ele é capaz de experimentar as “falhas” com “f” minúsculo da mãe, e assim, gradativamente, chegar à realidade compartilhada e descobrir que o mundo externo a ele sempre existiu, mas que seu mundo foi ele quem o criou (Maia, 2007, p.97).

Esta passagem da onipotência para a aceitação da realidade externa sem a perda da criatividade está ancorada no espaço transicional. Esta é uma área, postulada por Winnicott, como uma “área intermediária de experimentação, para a qual contribuem tanto a realidade interna quanto a vida externa” (Winnicott, 1971a, p.15). Ao mesmo tempo, é uma área de repouso, onde se pode descansar da perpétua tarefa de manter as realidades interna e externa separadas, porém, inter-relacionadas.

O espaço transicional é o espaço potencial que existe entre uma mãe e seu bebê e é onde um bebê pode ter experiências sem que haja a necessidade de um esclarecimento se aquilo se passa em seu mundo interno ou externo. Isto não é questionado. Este espaço só pode se estabelecer quando há o sentimento de confiança na díade mãe-bebê (Winnicott, 1967). É onde a criança pode brincar e, assim, quando adulta, utilizar a cultura, as artes, a religião para continuar descansando da tarefa de separar o que é fato do que é fantasia, constituindo sua experiência cultural (Dias, 2003).

Neste espaço pode surgir o objeto transicional (Winnicott, 1971a), objeto que não faz parte do corpo do bebê e que ainda não é plenamente reconhecido pelo bebê como algo pertencente à realidade externa. Este objeto se adapta às necessidades do bebê, mas não de forma absoluta, como a mãe. O bebê possui o objeto e a partir desta posse, alterna o controle onipotente com o controle via manipulação (Dias, 2003). É uma primeira posse não-eu, entre o mundo subjetivo, que estaria sob controle mágico, e o objetivamente percebido, que estaria fora de controle. Ele representa a transição do bebê entre seu momento fusional com sua mãe e o momento em que há uma ruptura nesta fusão. “A mãe existe, não é ele, nem está sempre à sua disposição, mas há algo que a mantém

viva em sua memória enquanto ela não volta” (Maia, 2007, p.105). Desta forma, o objeto diminui a ansiedade do bebê, ansiedade que vem, em grande parte, do fato destas duas realidades coexistirem. Ele tanto possibilita a experiência da onipotência quanto um abrir mão desta onipotência (Winnicott, 1967). Winnicott esclarece que não é tanto o objeto que é importante, mas a utilização do objeto, ou seja, o modo como o sujeito se relaciona com o objeto (Dias, 2003).

A constituição do espaço transicional não é possível sem a presença de uma mãe suficientemente boa. Ela é a pessoa que primeiro se adapta completamente às necessidades do bebê, fazendo-o crer na ilusão de que o mundo externo funciona conforme seu desejo. Entretanto, com o tempo, esta mãe, exatamente porque é ‘suficientemente boa’, começa gradativamente a diminuir sua adaptação, conforme sente que o bebê pode lidar com seu fracasso e tolerar sua própria frustração. O bebê começa a perceber o mundo como algo que existe independente de suas vontades, algo que tem vida própria. Ter uma vida própria passa, então, a ser uma opção também para a criança, deixar de ser completamente dependente para começar o caminho rumo à independência.

Se tudo corre bem, o bebê pode, na realidade, vir a lucrar com a experiência de frustração, já que a adaptação incompleta à necessidade torna reais os objetos, o que equivale a dizer, tão odiados quanto amados. A consequência disso é que, se tudo corre bem, o bebê pode ser perturbado por uma adaptação estrita à necessidade que é continuada durante muito tempo, sem que lhe seja permitida sua diminuição natural, de uma vez que a adaptação exata se assemelha a magia, e o objeto que se comporta perfeitamente não se torna melhor do que uma alucinação. (Winnicott, 1971a, p.25).

Para o bebê começar a desenvolver uma relação com a realidade externa, externa do ponto de vista do observador, ele precisa da adaptação total da mãe. Entretanto, esta relação não progredirá se não houver a desadaptação. Da mesma forma que o bebê precisa caminhar para a desilusão, ele precisa partir de um primeiro momento de ilusão de onipotência. É um equilíbrio cuja matemática não é exata e como diz o próprio Winnicott, como isto acontece, é uma pergunta que simplesmente não deve ser feita. “O objeto e os fenômenos transicionais iniciam todos os seres humanos com o que sempre será importante para eles, isto é, uma área neutra de experiência que não será contestada” (Winnicott, 1971a p.27-28).

Vale ressaltar, como fez o próprio autor, que não se pode concluir que todo bebê que teve uma mãe suficientemente boa tem garantida sua permanente saúde mental, nem o oposto, que bebês abandonados, ou criados em instituições, estão

fadados a uma clínica ou reformatório. O desenvolvimento não é tão simples e depende de ser consolidado com o decorrer do tempo (Winnicott, 1946b). O tempo permitirá saber se a mãe ou outra pessoa, ou o mínimo de elementos no ambiente externo desta criança permaneceu constante, o quanto necessário, de modo a permitir a continuidade da experiência suficientemente boa. “Essencial a tudo isso é a continuidade (no tempo) do ambiente emocional externo e de elementos específicos no ambiente físico, tais como o objeto ou objetos transicionais” (Winnicott, 1971a, p.29).

O objeto transicional depende da continuidade dos cuidados ambientais. “A realidade e o caráter simbólico do objeto transicional dependem da vivacidade e da confiabilidade do objeto subjetivo que, por sua vez, depende da permanência e da vitalidade do objeto externo” (Dias, 2003, p.240). Se a criança perde a mãe por um tempo maior do que ela pode suportar, o objeto subjetivo é descontinuado e, com isso, a capacidade simbólica do objeto transicional perde sua força. Neste momento em que o bebê apenas começou a se diferenciar de sua mãe, a perda do objeto é também a perda de parte de si mesmo. É, como colocado por Winnicott (1962), uma ansiedade inimaginável. O bebê perde o objeto, o brincar perde o significado, perde-se a possibilidade do viver criativo e o bebê se perde no caminho para a percepção objetiva. A criança perde a esperança quanto a sua capacidade de se relacionar com objetos, uma vez que o caráter simbólico do objeto transicional, de representar a ausência materna, sendo um símbolo entre a subjetividade e a objetividade, se esvazia (Maia, 2007). As relações simbólicas com os objetos, reais ou não, ficam comprometidas.

O contato com a realidade, para Winnicott, tem a ver com um sentir a realidade da experiência, estando esta dotada de um significado pessoal, que está fundamentado numa experiência de ilusão satisfatória. E a criatividade está a serviço deste contato com a realidade, com estar vivo e sentir-se real, com o modo como o sujeito realiza algo. O brincar é o interjogo entre a realidade psíquica individual e a experiência de manipulação e controle de objetos reais (Dias, 2003).

Se a mãe não tem, ela própria, estabilidade emocional para durante um período inicial viver no mundo do bebê, ou se o ambiente externo não é minimamente estável, a criança formulará um protesto contra estas condições ou sofrerá um colapso, sendo que isto pode vir a acontecer só na adolescência. Como escreve Winnicott, esta criança “só encontrará a saúde mental numa atitude de

rebeldia ou desafio” (Winnicott, 1949, p.119). Em qualquer um dos casos a criança estará utilizando seu potencial agressivo como uma reação à frustração de não ter tido um ambiente que lhe oferecesse as experiências necessárias ao seu desenvolvimento emocional.

Vemos que o desenvolvimento emocional e maturacional de um bebê não é um movimento retilíneo e uniforme em direção a uma perfeição alcançável. Ambos percorrem um caminho de idas e voltas constantes, de tentativas, de experiências, de conquista de contato e equilíbrio para a constituição singularizante daquela criança. O ambiente neste processo é fundamental, porque permite as experiências tanto de continuidade/singularidade quanto de diferenciação/alteridade.

4.3

Quando nem tudo corre tão bem...

Winnicott (1946b) escreve que uma criança saudável pode utilizar qualquer recurso que estiver disponível para se defender criativamente contra um conflito ou contra uma angústia intolerável. Entretanto, na doença, há uma limitação e uma rigidez na capacidade de utilizar sintomas como possibilidade de conseguir auxílio. Ou seja, saúde não é, para Winnicott, ausência de sintoma. “As crianças normalmente sadias apresentam, sem dúvida, toda espécie de sintomas” (Winnicott, 1950b, p.110). Adultos e crianças saudáveis apresentam sintomas em momentos que são necessários como uma comunicação de que algo não vai bem.

Se no momento em que a expressão da agressividade era apropriada para a criança o ambiente falhou, ou seja, não acolheu ou não ofereceu uma contenção, e ainda, foi abalado pelas investidas agressivas da criança, ela ficará presa a este momento, sem ter a oportunidade de progredir em sua integração. Um ambiente falho, onde a confiança não se estabeleceu, atrapalha o brincar e o realizar criativo, gera ansiedade e ocupa a criança com a função de gerar incômodo através de seus comportamentos, deixando-a submissa a esta condição.

A criança precisa viver num ambiente que a ame e que, por isso, lhe mostre os limites necessários para o convívio. Quando isso não acontece, porque a mãe ou é intrusiva ou é uma mãe que abandona, a criança se torna inquieta, sem contornos, angustiada e incapaz de brincar. O espaço transicional fica comprometido ou nem se estabelece (Maia, 2007). A saída será insistir no comportamento destrutivo, procurando uma estrutura continente, isto é, que sobreviva e contenha seus ataques, fora de sua casa.

O primeiro momento da vida de um bebê, que Winnicott chama de fase da dependência absoluta, é o momento da experiência de onipotência, do espaço subjetivo, que o bebê acredita ter ele próprio criado. Na fase seguinte, da dependência relativa, o bebê começa a se diferenciar da mãe e percebe que a mãe que ele ataca é a mesma que ele ama, o que gera medo, dúvidas e a descoberta de que seu gesto possui conseqüências. Com isso, o bebê adquire a capacidade para a preocupação (concern) e para o sentimento de culpa (Maia, 2007). Ele percebe que é capaz de causar danos, com suas demandas, mas que pode reparar os danos causados, precisando para isso “de alguém que seja não apenas amado mas que também aceite a potência em termos da dádiva reparativa e restituidora” (Winnicott, 1954). Assim, o bebê começa a se preocupar e a realidade como algo que não pertence ao seu controle mágico vai ganhando forma. “A percepção dessa culpa e a possibilidade de poder reparar o ato feito ou construir algo são movimentos que dirigem a agressividade para as funções sociais” (Maia, 2007, p.89).

Quando o indivíduo percorre o caminho que começa com a expressão da agressividade, passa pela culpa e chega à reparação, ele está integrando e fortalecendo seu ego, o que o permite continuar seguindo seu caminho rumo à independência. A agressividade só será suportável para o bebê, na fase da dependência relativa, quando junto com a preocupação vem a possibilidade de reparação. Se o ambiente não for suficientemente bom, a criança não terá a quem oferecer a reparação, posto que a mãe não terá sobrevivido aos ataques e, então, o que surge são os sentimentos de frustração, abandono e raiva. Quando a reparação não é possível, o processo de aceitar a responsabilidade por seus atos e pensamentos fica comprometido e o resultado disso é justamente a projeção da destrutividade para fora do indivíduo (Winnicott, 1960). Por isso, Winnicott (1964) defende que os comportamentos destrutivos de bebês e de crianças

precisam de compreensão e, às vezes, de tratamento. Se existir compreensão e a destruição for manejada adequadamente, não haverá necessidade de tratamento.

A tendência anti-social é um conceito, formulado por Winnicott (1956), que descreve comportamentos agressivos, destrutivos, muitas vezes vistos como “sem jeito”. Seu argumento é que todo indivíduo apresenta estes comportamentos, no início da vida, e dependendo de como o ambiente reagiu, a tendência anti-social terá sido uma fase, que pode até reaparecer em outros momentos, ou se consolidará como um modo de vida. Segundo este autor, todo comportamento que pode levar pessoas adultas aos tribunais tem um ato correspondente na infância normal (Winnicott, 1946a).

Para esta tendência se desenvolver, a criança precisa sofrer uma de-privação² de uma experiência boa, que ela chegou a ter, mas que lhe foi retirada como se fosse um desapossamento (Winnicott, 1956). Esta de-privação levará o indivíduo a buscar o que perdeu. É essencial que a criança perceba que a falha que causou esta perda foi ambiental, foi o ambiente que não tolerou a expressão de sua destrutividade durante o seu desenvolvimento emocional. O ego, estando integrado o suficiente para uma mínima percepção dos limites entre o que é interno e o que é externo, determina o desenvolvimento de uma tendência anti-social e não de uma psicose.

Quando o espaço transicional apresenta falhas em sua constituição em vez de representar um lugar seguro e de descanso representa uma ameaça, as falhas geram ansiedade e denotam a impossibilidade da criança em confiar num ambiente que não é suficientemente bom. “Na tendência anti-social a mãe/pai/sociedade não fizeram o seu papel totalmente, havendo uma falha na fidedignidade do meio que sustenta a criança e, com isso, houve uma falha na construção do sentimento de confiança” (Maia, 2007, p.148).

Em “A ausência de um sentimento de culpa”, Winnicott (1966) esclarece que na tendência anti-social as coisas corriam bem, mas foram abaladas. Uma falha no atendimento de suas necessidades ocorreu e a criança sofreu exigências das quais não podia dar conta ainda. Ela reorganiza suas defesas e “organiza atos anti-sociais na esperança de compelir a sociedade a retroceder com ela para a

² De-privação, para Winnicott, é diferente de privação. No primeiro caso a criança teve uma boa experiência que foi interrompida. Na privação não houve esta boa experiência.

posição em que as coisas deram errado, e a reconhecer este fato” (op. cit., p.124). Quando a criança atua de forma anti-social é porque sofreu uma desorganização antes que pudesse desenvolver o sentimento de culpa e a possibilidade de reparação. Não tem a ver com uma moral que não foi imposta a tempo e sim com um tempo insuficiente de experiência de onipotência que não tornou a criança capaz de ceder à realidade externa.

A perda do sentimento de culpa faz com que se perca também o concernimento (preocupação – concern). Não há o que ser reparado porque quem deveria estar lá, no momento do gesto reparatório, não estava e não recebeu este gesto. Resta à criança somente a sensação de “machucar”, então ela vai ampliando seu movimento, tentando encontrar um limite, alguém que signifique seu gesto, o acolha e para quem ela possa, mais tarde, oferecer o gesto reparador do dano que ela causou, na sua fantasia, àquela pessoa (Maia, 2007, p.112-113).

Um trauma, como por exemplo, quando a mãe se ausenta por um período maior do que o bebê pode dar conta, ou não sobrevive, ou retalia um ataque de seu bebê, são experiências de ruptura na continuidade da vida de um bebê (Winnicott, 1967). Se este for o padrão no cuidado de uma criança, ela desenvolverá uma falta de confiança no ambiente. “O bebê sempre necessita da estabilidade ambiental que facilita a continuidade da experiência pessoal” (Winnicott, 1968, p.142). Segundo Maia (2007), esta ausência da mãe compromete a confiança que o bebê tem na existência da mãe, comprometendo as experiências de fidedignidade e confiança e, conseqüentemente, o espaço transicional. “A criança (de)privada é notoriamente inquieta e incapaz de brincar, apresentando um empobrecimento da capacidade de experiência no campo cultural” (Winnicott, 1967, p.141).

Estas rupturas, ou falhas, na experiência de continuidade do bebê fazem com que o espaço transicional se preencha de objetos sem que seja possível seu uso criativo pelo bebê. O que surge é uma perda da capacidade de brincar e uma inibição na capacidade de amar. “Não havendo mais o brincar, o que resta a uma criança quando não há nela a possibilidade de se expressar criativamente no mundo?” (Maia, 2007, p.151). Como explica Winnicott (1967), o espaço potencial depende de uma experiência de confiança que permite ao indivíduo um viver criativo. Sem isto, resta apenas uma experiência persecutória, reativa aos objetos injetados por outros no espaço transicional do bebê, que resultam num comportamento submisso a esta condição angustiante de impossibilidade de um viver criativo.

Segundo Winnicott (1946a), quando uma criança realiza comportamentos anti-sociais, está buscando aquele momento de estabilidade ambiental que deveria ter suportado suas manifestações destrutivas no início da vida, mas que ou não existiu, ou falhou. Ela está procurando as principais figuras de seu ambiente primitivo, a mãe, pessoa sobre a qual a criança sente que tem direitos, e o pai, ou a autoridade, que pode, e deve, colocar um limite na concretude de seu comportamento. Somente um pai amoroso, severo e forte pode levar a criança anti-social ao encontro de suas idéias de amor e construção, através do desenvolvimento de um sentimento de culpa e da possibilidade de reparação.

O roubo, a mentira, a conduta desordenada, são características essenciais da tendência anti-social, por conta do incômodo que provocam no ambiente. Estes sintomas compelem o ambiente a reagir e a interagir objetivamente com o indivíduo. Interação é justamente o que faltou à criança em seu desenvolvimento emocional.

A tendência anti-social, porém, indica que ainda existe alguma esperança, é um pedido de ajuda, um pedido por pessoas fortes que possam exercer um controle amoroso. Quando se torna um padrão de comportamento, é porque não houve um ambiente que possibilitasse a apropriação do sentimento de confiança pela criança. Sem a confiança, a criança não produz um ambiente interno estável nem um espaço potencial criativo. Esta criança, quando adolescente, enquanto controlada, estará bem, mas se estiver em liberdade, tenderá a transgredir para restabelecer o controle vindo do exterior e fugir do sentimento de loucura e desintegração que compõem sua realidade interna (Winnicott, 1946a).

Como foi dito, estes sentimentos de loucura e desintegração se estabelecem quando o ambiente não cumpre seu papel facilitador, quando a função materna primária e a função paterna se compõem de falhas e negligências. Com isso, a criança passa a assumir muito cedo a responsabilidade por seus atos, uma responsabilidade infantil e onipotente (Vilhena & Maia, 2003). A criança não encontra os limites necessários, não encontra as pessoas superiores a ela, que deveriam ajudá-la a crescer.

É tarefa de pais e professores cuidar para que as crianças nunca se vejam diante de uma autoridade tão fraca a ponto de ficarem livres de qualquer controle ou, por medo, assumirem elas próprias a autoridade. A assunção de autoridade provocada por ansiedade significa ditadura, e aqueles que tiveram a experiência de deixar as crianças controlarem seus próprios destinos sabem que o adulto tranquilo é menos

cruel, enquanto autoridade, do que uma criança poderá se tornar se for sobrecarregada com responsabilidades (Winnicott, 1939, p.101).

Como explicam Vilhena & Maia (2003), por conta deste tipo de falha o impulso agressivo não se funde com o impulso erótico, fazendo com que a criança se expresse de forma tirânica com seus pais. A onipotência infantil resolve o problema da falta pelo grito, que atordoa os pais, impotentes. A onipotência e o narcisismo infantil não encontram limites e, desta forma, não se instaura o princípio da realidade. Uma criança que tudo quer e tudo pode nunca está satisfeita, pois a falha não será preenchida com a onipotência e sim com a instauração de limites. “Os filhos da contemporaneidade são retrato de pais com medo de serem pais, retrato do lugar que resta vazio, a ser preenchido por algo ou alguém que está fora da família” (Vilhena & Maia, 2003, p.7).

A criança perde seus referenciais identificatórios, o pai e a mãe, que dariam um contorno a sua agressividade. Sem contorno, sem limites, surge a família adolescente, “sem um papel que caiba a criança e outro aos adultos: os papéis ou aparecem invertidos, ou aparecem diluídos” (op. cit., p.7).

Este é um fenômeno observado no fato da adolescência estar se alongando, a infância diminuindo e o mundo adulto perdendo a função de oferecer referenciais identificatórios às crianças e adolescentes (Maia, 2007). Os pais falham ao não fornecerem os limites necessários ao desenvolvimento da criança, desejando ser mais parceiros do que educadores. Surge uma família adolescente, onde respeito e obediência são trocados por amizade, pelo medo dos pais em não serem amados por seus filhos.

Como foi visto pela exposição do pensamento de Winnicott, uma das formas da criança lidar com um ambiente que falha é apelando para a atitude anti-social, uma ação que pode começar agressiva e terminar violenta. “A destrutividade seria a forma mais desesperada de tentar chamar a atenção para si mesmo que uma criança poderia lançar mão: ela estaria denunciando a quebra na estrutura identificatória” (Vilhena et al., 2005, p.6). Como não encontra com o que se identificar, a criança precisa sempre ir além do que já fez.

A criança negligenciada dos contornos aos quais tem necessidade e direito vivencia as falhas ambientais que Winnicott descreve como precursoras da atitude anti-social. O ambiente falha quando a mãe não se adapta e/ou depois não se desadapta suficientemente bem; nos pais fragilizados para cumprirem seu papel,

ou pelo terror que os circunda, ou pelo desejo de serem adolescentes. Esta falta de respeito ao papel da criança, este abandono e negligência, podem gerar pequenos tiranos, que mandam em seus pais e que pensam mandar no mundo, pois precisam sempre ir além na busca pelo contorno perdido.

Vilhena & Maia demonstram, em artigo de 2003, intitulado *Nos deram espelhos e vimos um mundo doente. Reflexões sobre agressividade, comportamento anti-social e violência na cultura contemporânea*, que o comportamento anti-social, o pedido de socorro, seriam uma denúncia deste rompimento de papéis, que gera a falta de reconhecimento da criança de seu lugar de criança e do adulto de seu lugar de adulto. Os atos violentos seriam ainda mais que uma denúncia, seriam uma desesperada tentativa de restabelecer este diálogo, entre crianças e adultos, que recolocasse cada coisa em seu lugar.

Além da falta de referenciais identificatórios, a criança contemporânea tem que lidar com a falta de referenciais simbólicos culturais das sociedades complexas, que geram um sentimento de não-pertencimento, de não-filiação. Com isso, a afirmação da própria identidade fica comprometida ou “ancorada em valores que não os da coletividade, podendo inclusive ser fonte de sofrimento e loucura” (Dimenstein et al., 2005, p.13). Desta forma, delinea-se a compreensão do ato anti-social, dos atos violentos, como uma busca desesperada por reconhecimento, limite, pertencimento, inclusão, mesmo que custe a renúncia da autonomia e a dependência deste comportamento.

A criança que não encontra um controle vindo de uma autoridade externa fica cada vez mais inibida na capacidade de amar, deprimida e despersonalizada. Ela externaliza seu interior, sendo agente de sua parte destrutiva, tornando-se “incapaz de sentir a realidade das coisas, exceto a realidade da violência” (Winnicott, 1946a, p.131).

Maia (2007) relaciona o ato anti-social ao desamparo. Citando o trabalho de Pereira (1999, apud Maia, 2007), mostra que a noção de desamparo na obra de Freud parte da incapacidade de uma criança em “realizar por si mesma uma ação específica necessária para conter a irrupção de tensões advindas das suas necessidades, obrigando-a a uma abertura dependente ao mundo adulto” (Maia, 2007, p.155). Posteriormente, a noção de impotência real muda para uma impossibilidade de defesa perante o desejo do outro. “Passamos do desamparo real e físico ao desamparo psíquico diante do outro onipotente. Desamparo do eu,

frágil ou fragilizado, diante de um outro forte, ou visto como se assim o fosse” (Maia, 2007, p.156). A autora conclui que a perda da possibilidade do ato criativo faz o ato anti-social ser a única possibilidade de comunicação desta criança com o mundo. A tendência anti-social é a marca do desamparo desta criança que, como já foi dito, foi desapossada por uma falha de seu ambiente ainda na fase da onipotência.

Poderíamos sentir-nos satisfeitos quando uma criança anti-social, ou um adulto, conseguisse atingir o estágio de infelicidade. Nesse ponto existe esperança e também existe a possibilidade de proporcionar ajuda. O anti-social endurecido tem que se defender até da esperança, porque sabe, por experiência, que a dor de perder repetidamente a esperança é insuportável (Winnicott, 1961, p.232).

Esta frase mostra o quanto pode ser dura a terapia com as crianças com comportamentos anti-sociais. Num primeiro momento, o terapeuta tem que lidar com os ataques, com a agressividade e com a desconfiança. Se resistir, pode ser que venha este momento da tristeza, do questionamento, “sem isso, o que me sobra?”, “será que vale à pena?”. Se terapeuta e paciente resistirem, e se a criança tiver no processo terapêutico uma experiência de continuidade, pode advir um sentimento de confiança que a fortaleça para enfrentar a tristeza. A sobrevivência ao entristecimento poderá ser seguida de um desengessamento de sua conduta anti-social.

Segundo Maia (2007), o comportamento anti-social é uma estratégia de sobrevivência possível para uma criança em um ambiente privador que a abandona. A criança perde o objeto e passa a buscá-lo no meio, o que, para Winnicott, significa que a criança ainda possui em si uma esperança. Esta criança, que foi desapossada, não consegue ter a compreensão de seus atos, uma vez que não possui o sentimento de culpa e sente uma compulsão para roubar e mentir. A autora esclarece que, apesar da falha ter ocorrido num período primitivo, na passagem da dependência absoluta para a dependência relativa, o comportamento anti-social só aparece muito tempo depois, quando a criança busca, através de sua destrutividade, reencontrar-se com a mãe e com o ambiente que falhou.

A criança anti-social, se estiver sob forte controle, pode até se adequar e parar de agredir o ambiente, pois encontrou os limites que procurava. A delinquência é diferente.

Nesta há ainda um reclame por direitos perdidos, mas em nível muito maior de desespero e solidão, posto que essa criança terá procurado o limite para seu gesto agressivo e não terá encontrado nem o corpo da mãe, nem em seus braços, nem no relacionamento dos pais, nem no lar, nem na família, nem na escola, mas às vezes somente no bairro com sua delegacia, os limites para esse gesto e, talvez, assim, alguma significação para ele. Da mesma forma, a agressividade, que era motilidade e gesto espontâneo, transmutou em agressividade com intencionalidade e em destrutividade e violência por falta de acolhimento. (Maia, 2007, p.183).

Esta autora descreve a criança resiliente como aquela que é capaz de conservar sua saúde mental e também sua capacidade para lidar com o sofrimento, mas ressalta que há um limite para suportar as adversidades e que, quando este é avançado, explode o sintoma anti-social e o sujeito cobra do ambiente o cuidado que lhe faltou. Maia (2007) utiliza o termo adultescência para se referir aos pais que não ocupam o lugar de referenciais identificatórios para os filhos, por estarem eles identificados com a conduta adolescente. Estes pais abrem mão de seu lugar de orientadores das crianças para serem parceiros, deixando de lado as diferenças que existem entre pais e filhos. As crianças são lançadas precocemente no universo adolescente, tendo que 'inventar' suas responsabilidades e obrigações, o que leva algumas a desafiarem estes pais já fragilizados e a se sentirem donas de seu próprio nariz. Segundo a autora, esta desconstrução da família e da infância gera abandono, negligência e falha das funções parentais. Os adultos, ao abdicarem de seu lugar, tiram a criança do seu.

A criança anti-social, através de atos agressivos, reivindica sua perda, seu abandono, mas não sabe por que age assim. Algo que existia se perdeu quando o ambiente falhou, num momento em que um bebê não podia ainda significar esta falha. A criança se torna ofensiva em resposta a um meio que foi ofensivo com ela quando a fez experimentar uma descontinuidade na provisão ambiental, gerando um vazio. Quando a criança sente uma possibilidade de preencher este vazio, ela atua, testando e incomodando o ambiente na esperança de ser acolhida. Esta criança reage a um sentimento de perplexidade tentando preencher o vazio e o abandono com roubos e mentiras (Maia, 2007).

A criança responde a essa excessiva demanda de obrigações, que fogem ao seu entendimento, com estratégias de sobrevivência, sendo a agressividade uma delas. A agressividade seria, dessa forma, uma criação da criança perante o meio que a impinge a agir sobre o que lhe demandam, e não somente um ato tresloucado de revolta. Seria uma comunicação por meio do gesto, por vezes descontrolado, mas que busca um interlocutor perdido, mas ainda imaginariamente, para ela encontrável (Maia, 2007, p.249).

Maia (2007) denuncia nossa sociedade como falha em acolher o jovem em sua busca por dignidade e respeito. O jovem procura na sociedade o acolhimento que faltou em seu ambiente familiar, mas encontra punição e cobrança. Calligaris (1991) aponta para o fato de que o jovem que apela para o ato marginal, procurando um reconhecimento de seu valor simbólico, só encontra a mesma lei, fundada no real, que já falhou em fazer dele um sujeito. O ato delinquente é uma busca por reconhecimento, por filiação, por um pertencer simbólico, fadado ao fracasso. A busca por reconhecimento pela violência mostra que há uma dificuldade em habilitar os jovens de hoje, ricos e pobres, para a desumana disputa por um lugar ao sol na sociedade de consumo. Este autor faz um resumo do círculo vicioso pós-moderno: o ideal social dominante está no acesso a bens de consumo; o valor do sujeito está na sua riqueza aparente, o que destitui os pobres de valor e ainda faz prevalecer o real nos laços sociais; o reconhecimento será buscado através de atos que seguem o ideal social predominante, ou seja, a aquisição de bens de valor real, gerando um fracasso na aquisição de valor simbólico, o que torna a busca, e os atos, contínuos.

Essas crianças e jovens anti-sociais revelam o que não está funcionando em nossa sociedade; a falência da autoridade, que não consegue impor limites ao indivíduo; e a não integração social; ou seja, vivemos um fracasso da modernidade “Não há ‘igualdade, liberdade e fraternidade’ e, muito menos, ‘ordem e progresso’” (Maia, 2007, p.207). A autora se pergunta qual é o lugar do jovem anti-social na sociedade e qual é essa sociedade em que vivemos: “Não são os sujeitos que estão em crise por causa da fragilidade das instituições, mas estas últimas que estão em crise porque necessitam, para sobreviver, de um sujeito que se esgotou” (op. cit., p.209). Um sujeito que a sociedade contemporânea falha em gerir as condições ambientais necessárias para sua sustentabilidade. Segundo a autora, o ato anti-social é uma resistência a esta situação-limite. Melaine Klein (apud Maia, 2007) diz que saúde mental não é compatível com superficialidade, uma vez que superficialidade implica em negação dos conflitos internos e das dificuldades externas, quando o ego se utiliza excessivamente da negação é porque não é forte o suficiente para lidar com a dor.

Faz parte da saúde mental, então, ter conflitos e dificuldades. Este é um aspecto interessante e deve ser relacionado com o que foi visto no capítulo 3.1.

Segundo Birman (2007), existe uma desarmonia nos laços sociais em função de uma supervalorização da individualidade. Na existência espetacular, a intimidade e a solidariedade se esvaem. Este autor coloca que só é possível reconhecer o outro se tivermos os registros da diferença e do desejo, que passam necessariamente pela dor da perda da ilusão e da onipotência. Bauman (2008) defende que o sentimento de individualidade é cobiçado e está atualmente apoiado no consumo e na exclusão, o que também afasta os ideais solidários, insustentáveis sobre laços sociais frouxos (para não serem frouxos tem que passar pela dor).

O que nos leva a concordar com Maia (2007) sobre o fracasso social da modernidade, o sujeito que se esgotou foi aquele que convivia com conflitos internos sem ter que abafá-los quimicamente, e enfrentava as dificuldades externas aceitando que elas faziam parte da vida. Cada um sabia a dor e a delícia de ser o que é e para estes existiam os registros da diferença e do desejo, existia também o outro, em seu caráter alteritário e desejante. O que está se esgotando, ou pelo menos chegando perto do nível mínimo aceitável, é a compreensão de que o homem necessita de ideais coletivos para sobreviver baseados no pleno reconhecimento das diferenças, de solidariedade, de laços sociais sólidos, seguros, confiáveis. Os homens precisam uns dos outros.